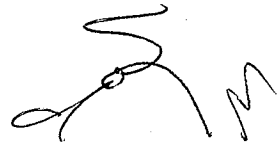


PROJETO DE VENDA
ref. chamada pública 019/2022

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº019/2022			
A – Grupo Formal			
1. Nome do Proponente:		2-CNPJ	
Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Itapejara d'oeste		08.144.264/0001-20	
3. Endereço:		5. CEP	
RUA FERNANDO FERRARI 1419		85580-000	
6. Nome do Representante Legal:		8. DDD/Telefone/Fax:	
CLAUDIO MARQUES BERLANDA		(046)3526-1903	
9. Banco da Organização:		11. Nº da conta corrente:	
10. Nº da Agência:		90204	
I - Fornecedores participantes (Grupo Formal)			
Nome	CPF	DAP	Nº da agência
1- MARCIO DE OLIVEIRA	062.935.269-02	SDW0062935269021811211051	

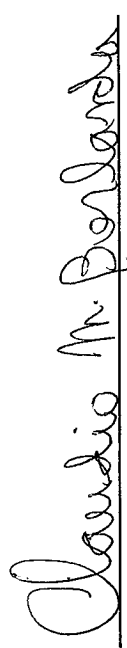



II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC		
1. Nome da Entidade	2. CNPJ:	3. MUNICÍPIO:
Prefeitura Francisco Beltrão	77.816.510/0001-66	FRANCISCO BELTRÃO
4. Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000	FONE: (46)3520-2121	
6. Nome do representante e e-mail CLEBER FONTANA	7. CPF	

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS				
1. Nome do Agricultor familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade (R\$)
				Total #REF!
01-MARCIO DE OLIVEIRA	MACARRÃO ENRIQUECIDO COM LEGUMES	KG	1.000	14
				14.000
Totalização do projeto				14.000,00

IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS
O AGRICULTOR DEVIDAMENTE EMBALADOS (SALVO PRODUTOS QUE TENHAM SEU PROCESSO FEITO POR AGROINDUSTRIA PARCEIRA, O QUAL OS PRODUTOS SAIRAM EM
V – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE

Itapejara D'Oeste PR, 17 Janeiro 2023


CLAUDIO MARQUES BERLANDA
PRESIDENTE





Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura Familiar
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Extrato de DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 36637765
Emitido em: 23/12/2022 às 15:18:58
Validade(*): 06/12/2023

DAP: SDW0814426400010612211124 Versão DAP: 3.2 Emissão: 06/12/2021

Informações da Pessoa Jurídica

CNPJ: 08.144.264/0001-20

Razão Social: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA DOESTE

Tipo Pessoa Jurídica: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Itapejara d'Oeste/PR

Representante Legal: CLAUDIO MARQUES BERLANDA

Data Constituição: 07/03/2006

CPF: 019.254.679-10

Informações da DAP

Emissor: Sindicato dos trabalhadores na agricultura Familiar de Itapejara do Oeste

CNPJ: 13.766.086/0001-00

Agente Emissor: FERNANDO MANTUVAMNI

CPF: 031.211.899-64

Local de Emissão: Itapejara d'Oeste/PR

Composição Societária

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Aquicultor/a	5	0.51
Assentado/a pelo PNRA	2	0.20
Demais agricultores familiares	714	72.93
Indígena	1	0.10

Quantidade de DAPs por Município/UF


Município/UF	Quantidade
Bom Sucesso do Sul	4
Chopininho	3
Coronel Vivida	32
Cruzeiro do Iguaçu	1
Dois Vizinhos	101
Francisco Beltrão	20
Honório Serpa	2
Itapejara d'Oeste	254
Mariópolis	1
Nova Esperança do Sudoeste	1
Nova Laranjeiras	1
Pato Branco	29
Planalto	1
Porto Velho	1
Renascença	5
São João	101
São Jorge d'Oeste	18
Saudade do Iguaçu	1
Sulina	3
Verê	120
Vitorino	23

Resultado Composição Societária

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	722	73,75
Associados sem DAP	257	26,25
Total dos Associados	979	100%

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br>)

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.144.264/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/06/2006
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA D OESTE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COOPAFI - ITAPEJARA D OESTE	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente 46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas 46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados 46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo 74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa

LOGRADOURO R FERNANDO FERRARI	NÚMERO 1419	COMPLEMENTO *****
---	-----------------------	-----------------------------

CEP 85.580-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAPEJARA D'OESTE	UF PR
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO COOPAFI.ITAPEJARA@YAHOO.COM.BR	TELEFONE (46) 3520-1300
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2006
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/12/2022** às **09:43:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA D'OESTE- COOPAFI- ITAPEJARA D'OESTE

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO, ANO SOCIAL E ÁREA DE AÇÃO:

Capítulo 1º - A Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Itapejara d'Oeste - COOPAFI ITAPEJARA D'OESTE, fundada em 07 de março de 2006, e rege-se pelo presente estatuto e pela Lei 5.764 de 16/12/1971 e demais disposições legais em vigor, sociedades de pessoas sem finalidade lucrativa, destina-se à defesa das atividades econômicas, técnicas e sociais, bem como a representação dos interesses comuns ligados à área de prestação de serviços de natureza agropecuária dos produtores associados.

Parágrafo 1º - A Cooperativa tem sua sede administrativa no Município de Itapejara D'Oeste, na rua Fernando Ferrari nº 1419, Quadra 75 e lotes 01 centros, Cep: 85.580.000, cidade de Itapejara D'Oeste e foro jurídico na Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.

Parágrafo 2º - O prazo de duração da Cooperativa é indeterminado e o ano Social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 3º - A área de ação, para efeito de admissão de associadas, com sede no município de Itapejara D'Oeste e sua área de abrangência será em os municípios no estado do Paraná que estejam de acordo com o Estatuto da Cooperativa.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Artigo-2º - A Cooperativa, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os seus associadas, objetiva promover:

I - A integração dos trabalhadores na Agricultura Familiar, como forma filosófica de desenvolvimento;

II - O Estímulo ao associativismo rural, a promoção do desenvolvimento agropecuário e o incentivo à preservação do meio ambiente;

III - A promoção do desenvolvimento da agricultura naturalista, agro-ecológica, orgânica e biodinâmica, bem como a produção de alimentos isentos de agrotóxicos, pesticidas e hormônio conforme normas certificadoras;

IV - A elaboração de projetos técnicos para a obtenção de recursos para crédito, destinados a amparar financeiramente os empreendimentos individuais de seus associados;

V - O recebimento da produção agropecuária de seus associados e seus sócios, e beneficiamento e a armazenagem desta, em suas unidades próprias, arrendadas, alugadas, obtidas em comodato ou em cooperação com entidades afins;

VI - O recebimento da produção originária de suas associadas e seus sócios, bem como armazenagem desta em uma Central de padronização;

VII - A elaboração da produção dos associados das filiadas, pelo beneficiamento, padronização e a embalagem em sua Central de Padronização;

VIII - A obtenção de marca e a rotulagem da produção beneficiada de suas associadas e sócios destas pela adoção da marca "COOPAFI" e outras que poderão ser criadas, adquiridas ou conveniadas;



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

- IX - A organização mercadológica e a comercialização da produção agropecuária e beneficiada de suas filiadas e seus sócios, nos mercados local, nacional e internacional;
- X - A aquisição e o fornecimento de insumos agropecuários destinados ao cultivo de lavouras, ao manejo da criação de seus associados, bem como os destinados ao beneficiamento da produção;
- XI - A aquisição e o fornecimento de materiais de construção, máquinas, equipamentos e acessórios destinados às seus associados e agroindústrias filiadas;
- XII - A aquisição e o fornecimento de bens de consumo e de uso doméstico de suas associadas e seus sócios, bem como a organização e manutenção de Loja abastecedora e entrepostos regionais;
- XIII - A prestação de serviços de assistência técnica agropecuária e beneficiamento de bens;
- XIV - A prestação de serviços de transporte, preparo do solo, manejo da produção agropecuária, através de patrulha mecanização própria e contratada;
- XV - A organização e a manutenção de programas de melhoria genética das lavouras e criações de seus associados, através de viveiros de mudas, sementes, alevinos, postos de monta natural, inseminação artificial, incubadoras de ovos, centros de capacitação dos associados e outros a ser implementados;
- XVI - Análise e troca de experiências entre seus associados sobre os problemas da gestão técnica, administrativa, financeira e econômica de seus estabelecimentos e implantação de métodos simplificados de contabilidade agrícola;
- XVII - Operar como entidade exportadora e importadora para suprir eventuais carências de sua própria produção e ou para tornar seus preços mais competitivos.
- XVIII - Produção e comercialização de energia renovável junto a seus associados.

Artigo 3º - Para a consecução de seus objetivos, a Cooperativa poderá, filiar-se a outras cooperativas de 1º e 2º graus, constituir ou participar de empresas não cooperativas, respeitada a legislação vigente, ou ainda manter convênios com os Poderes Públicos e entidades afins.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I - DA ADMISSÃO, DOS DIREITOS E DEVERES.

Artigo 4º - Pode associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços por parte desta, pessoas jurídicas que se dediquem às atividades agrícolas e pecuárias, cujos associados são trabalhadores na Agricultura Familiar, em imóvel de sua propriedade, arrendada ou em parceria, que explorem área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais e que concordem com as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno e das Normas e que não pratiquem atividades que possam prejudicar, colidir ou concorrer com os interesses e objetivos da entidade.

PARÁGRAFO 1º: - Poderão ingressar na Cooperativa as pessoas jurídicas qualificadas como trabalhadores na agricultura familiar, situadas na sua área de ação, que adiram ao processo de integração ao presente Estatuto às normas emanadas da Cooperativa Central e que tiverem seus pedidos de filiação aprovados pela Assembleia Geral ou Diretoria da Cooperativa.

PARÁGRAFO 2º: - Poderão, também, se associar pessoas jurídicas e entidades locais cujos quadros sociais são compostos de associados que se dediquem à coordenação, orientação e assistência aos associados, sujeitem-se às normas emanadas da Cooperativa e adiram a este Estatuto.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

PARÁGRAFO 3º: - Poderão, ainda, associar-se à Cooperativa as pessoas jurídicas que, satisfeitas as condições descritas neste artigo, se enquadrem nos objetivos da Sociedade, o mesmo podendo ocorrer com associações de agricultura familiar.

PARÁGRAFO 4º: - O número mínimo de associados é de vinte (20) pessoas físicas, sendo ilimitado quanto ao máximo.

PARÁGRAFO 5º: - No caso previsto nos parágrafos 2º e 3º, para efeito de votação, tais associações e entidades têm direito a um voto, cada, o qual será exercido pelo representante da pessoa jurídica, tendo os mesmos direitos e deveres dos demais associados.

Artigo 5º - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta de admissão assinada com outro associado proponente.

PARÁGRAFO 1º - Depois de aprovada a proposta, pela Diretoria, o candidato fornecerá dados para formalizar a sua ficha cadastral.

PARÁGRAFO 2º - De posse da ficha cadastral, o setor técnico, da Cooperativa, realizará uma vistoria nas instalações e propriedades ou empreendimento rural e emitirá um laudo técnico que definirá se o novo associado se encontra nas condições técnicas de produzir, das condições das normas de qualidade exigidas.

PARÁGRAFO 3º - O novo associado deverá participar de treinamentos e esclarecimentos sobre associativismo e cooperativismo e a respeito do Estatuto Social da Cooperativa.

PARÁGRAFO 4º - A subcrição de quotas partes de capital social, sua assinatura, no livro ou ficha de matrícula juntamente com o presidente, complementam a sua admissão na sociedade.

Artigo 6º - Cumprindo o disposto no artigo anterior, a associada adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Artigo 7º - Os sócios respondem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pela Cooperativa, até o valor do seu capital social subscrito, depois de judicialmente exigido da Cooperativa.

Artigo 8º: - Somente terão direito de votar, os associados que estiver em pleno gozo de seus direitos e deveres estatutários e que tenha ingressado no quadro social até trinta (30) dias antes da realização da Assembleia Geral em que haja votação.

Artigo 9º - São deveres dos associados:

- a) - Votar e ser votados;
- b) - tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas são tratados;
- c) - apresentar por escrito, à Diretoria ou à Assembleia Geral, propostas e ou medidas de interesse da cooperativa;
- d) - demitir-se da Cooperativa quando lhe convier, desde que esteja em dia com todas as suas obrigações com a Cooperativa;
- e) - realizar, com a Cooperativa, todas as operações que constituem seu objeto social e econômico;
- f) - solicitar, por escrito, informações sobre as atividades da Cooperativa e, a partir da data de publicação do Edital de Convocação das Assembleias Gerais, consultar, na sede da Sociedade, a contabilidade e documentos que devem estar à disposição dos associados;
- g) - participar, de comissões específicas, quando designado.

Artigo 10º - São deveres dos associados:



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 09/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

- a)- Realizar, com a Cooperativa, todas as operações que constituem seus objetivos econômicos e Sociais;
- b)- zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa;
- c) - cumprir as disposições da lei, deste Estatuto, do Regimento Interno e ainda, as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- d) - prestar à Cooperativa, sempre que solicitado, esclarecimentos, relacionados com as atividades que lhe facultaram associar-se;
- e) - pagar sua parte nas perdas eventualmente apuradas em Balanço, se o Fundo de Reserva Legal não for suficiente para cobri-las;
- f)- acatar as decisões das Assembleias Gerais;
- g)- votar e ser votado, nas eleições da Cooperativa.

Artigo 11 - Os direitos e obrigações dos associados, falecidos contraídos com a Cooperativa e os oriundos de sua responsabilidade como associada, perante terceiros, passam aos herdeiros legais.

SEÇÃO II

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO.

Artigo 12 - A demissão, da filiada, o que não lhe pode ser negado, ocorre unicamente a seu pedido. É requerida ao Presidente da Cooperativa Central, sendo, levada à Diretoria da Central, em sua primeira reunião, averbada no livro ou ficha de matrícula, mediante termos assinado pelo Presidente e imediatamente comunicada, por escrito à requerente.

Artigo 13 - A eliminação da associada, que é aplicada em virtude de infração desta do Estatuto, do Regimento Interno e Normas, será aplicada por decisão da Diretoria da Central, depois de notificação prévia à infratora.

PARÁGRAFO 1º - Além de outros motivos, a Diretoria deve eliminar a associada que:

- a) Venha exercer qualquer atividade concorrente ou considerada prejudicial à Cooperativa Central, ou que colida com seus objetivos sociais;
- b) levar a Cooperativa Central à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações pela filiada contraídas;
- c) cometa falta grave contra a Cooperativa Central, tentando enganar quaisquer de seus poderes ou manifestando-se em termos ofensivos contra a moral e ou atos que prejudiquem seu conceito público;
- d) deixar de integralizar suas quotas partes de capital social.

PARÁGRAFO 2º - Os motivos que determinaram a eliminação devem constar de termo lavrado no livro ou ficha de matrícula e assinado pelo Presidente da Central.

PARÁGRAFO 3º - Cópia da decisão será remetida, dentro de 30 dias, à interessada, por processo que comprove a data de remessa e de recebimento.

PARÁGRAFO 4º - A Filiada eliminada pode, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, sobre a decisão, tendo efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

Artigo 14 - A exclusão da associada é feita:

- a) Por dissolução da Cooperativa Central;
- b) por incapacidade civil não suprida;
- c) por extinção da filiada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A exclusão do associado, nos termos deste artigo, é feita por decisão da Diretoria da Central, e lavrada no livro ou ficha de matrícula.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Artigo 15 – Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, a associada tem direito a restituição de seu capital social integralizado e demais créditos vinculados às suas operações com a Cooperativa Central.

Artigo 16 – Os deveres das associadas perduram para as demitidas, eliminadas e excluídas, até que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DO BALANÇO, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS.

Artigo 17 – O Balanço Geral, incluindo o confronto de receitas e despesas, será levantado no dia trinta e um (31) de dezembro de cada ano, sendo os resultados apurados em separado, segundo a natureza das operações e serviços.

Artigo 18 – As despesas, custos operacionais diretos e indiretos e custos administrativos serão cobertos pelas contribuições das associadas, mediante rateio na proporção direta da fruição dos serviços.

Artigo 19 – Das sobras do exercício serão deduzidas os seguintes percentuais:

a) Cinco por cento (5%), para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES;

b) Dez por cento (10%) para o Fundo de Reserva Legal.

PARÁGRAFO ÚNICO: As sobras, após a dedução dos percentuais para os fundos obrigatórios, serão destinadas para a Assembleia Geral, podendo ser capitalizadas, destinadas à formação de outros fundos, ou rateadas no todo ou em parte entre as associadas, adotando-se obrigatoriamente o critério da proporcionalidade nas operações realizadas junto à Cooperativa Central.

Artigo 20 – As perdas de cada exercício, apuradas em Balanço, serão cobertas primeiramente com recursos provenientes dos fundos de Reserva e outros criados pela Assembleia e, se insuficientes, mediante rateio entre as filiadas na proporção direta das operações realizadas por elas.

Artigo 21 – A finalidade dos fundos constituídos e a origem dos recursos para a sua formação, além da dedução de sobras, conforme estabelecido no artigo 19, serão as seguintes:

I – Fundo de Reserva, destinado exclusivamente a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa Central, sendo formado pelos:

a) créditos não reclamados pelas associadas, decorrido dois (2) anos;

b) auxílios e doações sem destinação específica.

II – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, FATES, destinado à prestação de assistência técnica às associadas.

Artigo 22 – Os fundos referidos nos incisos I e II citados no artigo 21 deste Estatuto são indivisíveis entre as associadas, mesmo no caso de liquidação da Cooperativa Central, quando serão, juntamente com o remanescente, destinados de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Assembleia Geral poderá criar outros fundos com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e extinção.

CAPÍTULO V

DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 23 – O capital social da Cooperativa Central que é subdividido em quotas partes, não tem limite quanto ao máximo, é variável conforme o número de quotas partes subscritas, não podendo ser inferior a R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

PARÁGRAFO 1º – O valor da quota parte é de R\$ 1,00 (um real).



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PARÁGRAFO 2º - A quota parte é indivisível, intransferível a não associado, não podendo ser negociada, nem dada em garantia, sendo a sua subscrição, integralização e transferência ou restituição, escrituradas no livro ou ficha de matrícula.

PARÁGRAFO 3º - A transferência de quotas partes entre associados será permitida desde que o cedente não fique com capital abaixo do mínimo estabelecido e será escriturada no livro ou ficha de matrícula, através de termo que contenha as assinaturas da cedente e da cessionária e do Presidente da Cooperativa Central.

PARÁGRAFO 4º - Havendo necessidade de aumento de capital social, a Cooperativa poderá recorrer a novas subscrições de quotas partes, mediante consulta aos associados e validada pela Assembleia Geral, podendo, para tanto, emitir títulos que poderão ser negociados com órgãos financeiros, correndo, neste caso, os encargos por conta da associada subscritora.

PARÁGRAFO 5º - Ao ingressar na Sociedade, filiada deverá integralizar seu capital subscrito, 50% do valor à vista e os 50% que corresponde ao saldo, em até um ano após a primeira integralização.

Artigo 24 - A subscrição mínima de quotas partes a que se obriga o associado será igual ao valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

PARÁGRAFO 1º - Uma associada não poderá subscrever capital em valor superior a um terço (1/3) do capital social da Cooperativa.

PARÁGRAFO 2º - A devolução do capital integralizado para a associada demitida, eliminada ou excluída somente poderá ser feita após a realização da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício em que se deu o desligamento e será feito de forma parcelada, em prazos a serem estabelecidos pela Diretoria, ou resolução normativa a ser baixada.

Artigo 25 - Para efeito de manutenção permanente de capital, a Cooperativa poderá reter até três por cento (3%) calculados sobre o valor da produção comercializada e sobre os serviços prestados aos associados, sendo decidido pela Diretoria o percentual e comunicado a todas as filiadas, antes de iniciar-se cada exercício, decisão esta, tomada em reunião conjunta com o Conselho de Desenvolvimento Social e Político - COODESP.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS SOCIAIS SEÇÃO I ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 26 - A Assembleia Geral das filiadas que pode ser Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa Central, com poderes, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam a todas, ainda que ausentes, omissas ou discordantes.

PARÁGRAFO 1º - A Assembleia Geral, normalmente, é convocada e dirigida pelo Presidente da Cooperativa Central.

PARÁGRAFO 2º - Pode, também, ser convocada pelo Conselho Fiscal se ocorrerem motivos graves e urgentes, ou ainda por vinte por cento (20%) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após, solicitada e não atendida pelo Presidente.

Artigo 27 - Não pode votar e ser votada, na Assembleia Geral a associada que:

- a) tenha sido admitida após a convocação da Assembleia;
- b) esteja na infringência de qualquer disposição deste Estatuto.

Artigo 28 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo vinte e seis (26), as Assembleias serão convocadas com antecedência mínima de dez (10) dias para a primeira convocação e,



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE - COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

em caso de 2º e 3ª convocações, respeitar-se-á o intervalo de uma (1) hora entre o início de realização de cada uma, podendo as convocações ser feitas em um único edital.

Artigo 29 – Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deve constar:

- a) A denominação da Cooperativa, seguida da expressão "Convocação de Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária", conforme o caso, ou outra expressão equivalente;
- b) dia e hora da reunião em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede da Cooperativa;
- c) a sequência ordinal numérica das convocações;
- d) a Ordem do Dia dos trabalhos com as devidas especificações;
- e) o número de associados existentes na data de sua expedição, para efeito de cálculo de quorum de instalação e critérios de apresentação;
- f) nome por extenso e assinatura do responsável pela convocação.

PARÁGRAFO 1º – No caso de convocação feita por associados, o edital será assinado, no mínimo pelos quatro (4) primeiros signatários do documento que a solicitou.

PARÁGRAFO 2º – Os editais de convocação serão publicados, dez (10) dias antes da sua realização em jornal de circulação regular na cidade, enviados aos associados na forma de circular e afixados em locais visíveis nas dependências da Cooperativa, mais freqüentadas pelos associados.

Artigo 30 – Para instalação da Assembleia Geral, o quorum é o seguinte:

- a) Dois terços (2/3) do número de associadas em condições de votar, em primeira convocação;
- b) metade mais um, (50%+1) das associadas, em condição de votar em segunda convocação;
- c) mínimo de dez (10) associadas, em condição de votar, em terceira convocação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a verificação de quorum mínimo, de que trata este artigo, o número de associadas presentes em cada convocação é apurado por suas assinaturas apostas no Livro de Presença, sendo que, para efeito de votação, será necessária a confirmação da presença física dos associados.

Artigo 31 – Não havendo quorum para a instalação da Assembleia Geral, nos termos do artigo 30 e suas alíneas e parágrafo único, será feita nova convocação, também com a antecedência mínima prevista naquele dispositivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se ainda não houver número legal para a sua instalação, admite-se a intenção de dissolver a Sociedade, fato que deve ser decidido em Assembleia Geral, quando serão indicados os liquidantes e um Conselho Fiscal.

Artigo 32 – É da competência das Assembleias Gerais, ordinária e Extraordinária a destituição de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Auxiliar de Desenvolvimento Social e Político – CODESPOL e de Delegados das entidades e cooperativas filiadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Cooperativa, pode, a Assembleia Geral designar dirigentes provisórios, com mandato até a posse de novos, cuja eleição se realizará dentro do prazo máximo de trinta (30) dias a contar da data da destituição.

Artigo 33 – Os trabalhos das Assembleias Gerais são dirigidos pelo Presidente, que é auxiliado pelo Diretor Secretário, a quem cabe secretariar os trabalhos e lavrar a ata.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando a Assembleia não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado por aquele, compondo a mesa os principais interessados na sua convocação.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Artigo 34 - Os ocupantes de cargos sociais, como qualquer outro associado, apesar de não poderem votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais a prestação de contas e definição dos honorários da Diretoria e cédula de presença, não ficam privados de tomar parte nos debates respectivos.

Artigo 35 - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos o Balanço e as contas do exercício, logo após a leitura dos relatórios da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, o Presidente da Cooperativa solicita ao plenário que indique um associado para conduzir os trabalhos e obter a votação da matéria, ausentando-se da mesa com os demais diretores, mas permanecendo no recinto para prestar eventuais esclarecimentos.

Artigo 36 - As deliberações das Assembléias Gerais devem versar, apenas, sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação.

PARÁGRAFO 1º - Habitualmente, a votação é a descoberto, podendo a Assembléia Geral optar pelo voto secreto, atendendo as normas e a decisão da maioria presente.

PARÁGRAFO 2º - O que ocorrer na Assembléia Geral deve constar de modo sucinto na respectiva ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada no final dos trabalhos, pelo Presidente, pelo Secretário e pelos delegados presentes.

PARÁGRAFO 3º - As deliberações da Assembléia Geral são aprovadas por maioria simples das associadas presentes com direito de votar.

PARÁGRAFO 4º - Cada Cooperativa filiada terá direito a um voto, proferido pelo delegado que tem a incumbência de votar pela sua representada.

PARÁGRAFO 5º - Prescreve, em quatro, (4) anos, a ação, para anular as deliberações da Assembléia Geral viciada de erro, dolo, fraude ou simulação ou tomadas com violação da lei ou deste Estatuto, contando o prazo a partir da data de sua realização.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Artigo 37 - A Assembléia Geral Ordinária que se realiza obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre que sucede ao exercício social, delibera sobre os seguintes assuntos, que devem constar da ordem do dia do Edital de Convocação.:

I - Prestação de Contas da Diretoria acompanhada de Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório de Gestão,
- b) Balanço Geral,
- c) Parecer do Conselho Fiscal,
- d) demonstrativo das sobras apuradas ou perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.

II - Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas,

III - Plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte, com respectivo orçamento de receita e despesas;

IV - Eleição dos componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - Pró-labore e cédulas de presença para o Presidente, Vice-Presidente, Diretor Secretário, Diretores vogais e Conselheiros Fiscais.

PARÁGRAFO 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não podem participar da votação das matérias referidas nos incisos I e V deste artigo.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral poderá aprovar o pagamento de pró-labore de forma equivalente ao número de horas dedicadas pelos Diretores.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PARÁGRAFO 3º - A aprovação do Relatório da Diretoria e das contas do exercício, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como de infração da lei e deste Estatuto.

PARÁGRAFO 4º - São necessários os votos de metade mais um (maioria simples) das associadas presentes na Assembleia Geral, para tornarem válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Artigo 38 - A Assembleia Geral Extraordinária se realiza sempre que necessário e pode deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, desde que mencionados no Edital de Convocação.

Artigo 39 - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - reforma do Estatuto,
- II - fusão, incorporação e desmembramento,
- III - alteração dos objetivos sociais da Cooperativa,
- IV - dissolução voluntária da Sociedade e nomeação de liquidantes, e
- V - contas de liquidante.

PARÁGRAFO ÚNICO - São necessários os votos de dois terços (2/3) das associadas presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA

Artigo 40 - A cooperativa será administrada por uma Diretoria composta por sete (7) membros, todos associados das cooperativas filiadas; eleitos, para os cargos, pela Assembleia Geral da Central, para exercerem um mandato de três (3) anos nos cargos de um presidente, um vice-presidente, um Diretor Secretário e quatro Diretores vogais.

PARÁGRAFO 1º - Será obrigatória, ao término de cada período de mandato, a renovação de um terço (1/3) dos membros da Diretoria.

PARÁGRAFO 2º - Respeitada a renovação mínima de um terço (1/3) de seus membros, será permitida a reeleição dos membros da Diretoria, para o conselho de administração por até 04 mandato ao mesmo cargo e mais um mandato em cargo de direção executivo.

PARÁGRAFO 3º - Os Diretores e funcionários contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Sociedade, mas respondem solidariamente pelos prejuízos resultantes dos seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

PARÁGRAFO 4º - A Sociedade responde pelos atos que se refere o parágrafo anterior, se houver ratificado ou dele logrado proveito.

PARÁGRAFO 5º - Os diretores e funcionários que participarem do ato ou operação social em que se oculte a natureza da Sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo de sanções penais cabíveis.

PARÁGRAFO 6º - Os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Diretor Secretário são caracterizados como executivos.

PARÁGRAFO 7º - No caso em que um membro da executiva solicitar afastamento conforme artigo 42 parágrafos 1º, todos os cargos da executiva evoluem. O Conselho de administração em reunião ordinária, escolhe por votação um membro do conselho de administração para assumir o cargo de secretário geral até a próxima assembleia geral.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Artigo 41 – São inelegíveis, além das pessoas legalmente impedidas, os condenados a penas que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, peculato ou contra a economia popular e a fé pública ou a propriedade.

PARÁGRAFO 1º - A associada, mesmo quando representada na Cooperativa Central, por associado que ocupe cargo de direção na Sociedade, que em qualquer operação tiver interesse particular oposto ao da Cooperativa Central, não pode participar das deliberações e nem discussões que sobre tal operação versarem, cabendo ao detentor do voto, acusar o seu impedimento.

PARÁGRAFO 2º - Os componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das Sociedades Anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

PARÁGRAFO 3º - Sem prejuízo da ação que couber a qualquer associada, a Sociedade, por dirigentes ou representada pelo associado escolhido pela Assembleia Geral da Coopafi itapejara, tem direito de ação contra Diretores para promover a sua responsabilidade.

Artigo 42 – A Diretoria é regida pelas seguintes normas:

- Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, ou ainda, pelo Conselho Fiscal;
- delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto dos presentes, reservado ao Presidente o exercício do voto de desempate;
- as deliberações são consignadas em Atas lavradas no livro próprio, lidas aprovadas e assinadas no final dos trabalhos, pelos membros presentes.

PARÁGRAFO 1º - Nos impedimentos justificados, por prazo inferior a 90 dias, o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente.

PARÁGRAFO 2º - Se ficar vago, por qualquer tempo, um terço (1/3) ou mais, dos cargos da Diretoria, deve o Presidente ou os demais membros, se a Presidência estiver vaga, ou ainda o Conselho Fiscal, convocar a Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos.

PARÁGRAFO 3º - Os substitutos exercem os cargos somente até o final do mandato de seu antecessor.

PARÁGRAFO 4º - Perde automaticamente o mandato o membro da Diretoria que, sem justificativa, faltar a três (3) reuniões consecutivas, ou seis (6) durante o ano, após notificação expressa ao faltoso.

Artigo 43º - Compete à Diretoria, dentro da lei e deste Estatuto e atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral e do Conselho Auxiliar de Desenvolvimento Social e Político – CODESPOL, planejar e baixar normas e regimentos para as operações e serviços da Cooperativa e controlar os resultados.

PARÁGRAFO 1º - No desempenho das funções, cabe-lhe, além de outras, as seguintes atribuições:

- programar as operações e serviços, estabelecendo qualidade e fixando quantidades, valores, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
- estabelecer, em regimento interno e normas, as sanções e penalidades a serem aplicadas aos associados, nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições deste Estatuto ou das regras de relacionamento com e na Sociedade;
- avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros e das necessidades para o atendimento das operações e serviços;



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

- d) providenciar, discutindo previamente com a direção a elaboração do orçamento de receitas e despesas e o plano de investimentos anuais para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária, prevendo a fonte de recursos para a sua cobertura;
- e) indicar e contratar funcionários de comprovada capacidade técnica, comercial, administrativa e moral para as funções executivas;
- f) fixar normas para admissão e demissão de funcionários, bem como de disciplina funcional;
- g) convocar e definir atribuições especiais para os Diretores Vogais, sempre que se fizer necessário;
- h) indicar o(s) Banco(s), nos quais devam ser mantidas contas correntes;
- i) estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, no mínimo, mensalmente, o estado econômico financeiro da Cooperativa e desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;
- j) deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de associadas;
- l) deliberar sobre a convocação das Assembleias Gerais;
- m) adquirir e onerar bens imóveis da Sociedade depois de discutir com o CODESPOL obtendo prévia e expressa autorização da Assembleia Geral;
- n) contrair obrigações, realizar transações, adquirir, onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários, assumir compromissos até o limite equivalente ao valor de dez (10) vezes o Capital Social subscrito da Cooperativa;
- o) zelar pelo cumprimento da legislação trabalhista, fiscal e cooperativista.

PARÁGRAFO 2º - A Diretoria poderá solicitar, sempre que julgar conveniente, discussão com o CODESPOL e o assessoramento de técnicos e peritos, para auxiliar no esclarecimento de assuntos a decidir, podendo determinar que estes apresentem previamente projetos sobre questões específicas.

PARÁGRAFO 3º - As normas estabelecidas pela Diretoria são baixadas na forma de resoluções normativas ou administrativas, que serão incorporadas ao Regimento Interno da Cooperativa.

SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 44 - A Diretoria Executiva é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo executora das decisões por ela tomadas, cabendo-lhe, entre outras as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de verificações e contatos assíduos com os funcionários executivos contratados ou com Diretores Vogais convocados para atribuições específicas;
- b) acompanhar a situação econômica e financeira da Cooperativa, através de controles operacionais, financeiros e contábeis;
- c) responsabilizarem-se pelo acompanhamento, das questões administrativas, técnicas, comerciais, financeiras, e de qualidade da produção, supervisionando o trabalho dos funcionários que atuam nas áreas;
- d) responsabilizar-se pelo planejamento e organização das atividades da Cooperativa, bem como de todo o Sistema, apresentando sugestões que visem a otimização dos resultados;
- e) distribuir, coordenar e controlar o trabalho a cargo dos responsáveis pelas diferentes áreas da Cooperativa;



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE - COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

- f) determinar os pagamentos e recebimentos, responsabilizando-se pelo saldo de caixa, dentro do limite estabelecimento pela Diretoria;
- g) acompanhar o movimento financeiro da Cooperativa;
- h) zelar para que a escrituração contábil esteja sempre em dia;
- i) preparar o orçamento anual de receitas e despesas, baseada nos planos de trabalho estabelecidos e na experiência dos anos anteriores, para apreciação da Diretoria;
- j) admitir e demitir funcionários e aplicar as penas disciplinares que se impuserem necessárias, conforme normas fixadas pela Diretoria e mediante aquiescência desta;
- l) informar à Diretoria e discutir, no mínimo mensalmente, ou quando lhe for solicitado o desenvolvimento das operações e atividades dos setores, andamento dos trabalhos administrativos em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- m) zelar para que os demonstrativos e balancetes da Cooperativa Central e das filiadas sejam apresentados à Diretoria e ao Conselho Fiscal, no devido tempo;
- n) informar e orientar o quadro social quanto às operações e serviços da Cooperativa;
- o) prestar à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal os esclarecimentos solicitados e ou outro que julgar conveniente;
- q) providenciar os recursos legais da Cooperativa junto aos órgãos oficiais, bem como elaborar os relatórios exigidos por Lei.

PARÁGRAFO 1º - Nos casos em que envolvem novas políticas de desenvolvimento, políticas sociais e novas medidas de expansão, a Diretoria executiva tomará suas decisões com fundamento no que foi aprovado em reunião prévia com o Conselho Auxiliar de Desenvolvimento Social e Político - CODESPOL, criado de conformidade com o artigo 47 em parágrafo 1º, da Lei 5764 de 16-12-1971.

PARÁGRAFO 2º - O Conselho Auxiliar de Desenvolvimento Social e Político - CODESPOL local, é constituído de representantes das pessoas jurídicas e entidades locais, e regionais, cujos quadros sociais são compostos de associados da Cooperativa, que se dediquem à coordenação, orientação e assistência aos associados, sujeitem-se às normas emanadas da Cooperativa e adiram a este Estatuto.

PARÁGRAFO 3º - Cada associação, será representada, no Conselho de Desenvolvimento Social e Político CODESPOL, pelo seu respectivo Presidente.

PARÁGRAFO 4º - O Conselho de Desenvolvimento Social e Político - CODESPOL, se reúne ordinariamente, ou uma vez por semestre, até os meses de maio e novembro de cada ano e extraordinariamente, sempre que houver necessidade e for convocado pelo Presidente da Cooperativa.

Artigo 45 - Ao Presidente cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de verificações e contatos assíduos com os funcionários responsáveis pelas principais áreas;
- b) acompanhar a situação econômico-financeira da Cooperativa via relatórios diários;
- c) assinar cheques bancários, contratos e demais documentos, juntamente com o Vice-Presidente e ou Diretor Secretário;
- d) convocar e participar nas Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria e do Conselho de Desenvolvimento Social e Político - CODESPOL;
- e) representar ativa e passivamente a Cooperativa em Juízo e fora dele;
- f) preferir o voto de desempate;
- g) manter contatos com compradores em potencial de produtos naturais e industrializados pela Cooperativa e seus associados.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE - COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

- h) articular negociações, firmar convênios, contratos e parcerias de interesse da Cooperativa,
 i) articular com órgãos governamentais e ou não governamentais, na busca de recursos para investimentos na Cooperativa ou para repasse aos seus associados, ou ainda, para a celebração de convênios de cooperação técnica e financeira de interesse da sociedade,
 j) representar a Cooperativa junto a órgãos oficiais, a imprensa e ou em eventos em geral.

Artigo 46 – Ao Vice Presidente, cabe, além de assessorar e assistir permanentemente ao trabalho do Presidente substituí-lo, nos seus impedimentos por prazo de até noventa (90) dias, as seguintes atribuições:

- a) Assinar juntamente com o Presidente e ou com o Diretor Secretário, contratos, cheques bancários e demais documentos que envolvem o objeto social da Cooperativa,
 b) representar a Cooperativa junto aos órgãos oficiais, a imprensa e ou em eventos em geral.

Artigo 47 – Ao Diretor Secretário cabem as seguintes atribuições:

- a) Secretariar e lavrar as atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria, bem como, responsabilizar-se pelos livros e demais documentos referentes às suas atribuições;
 b) assinar, juntamente com o Presidente e ou Vice Presidente, contratos, cheques bancários e demais documentos;
 c) representar a Cooperativa junto aos órgãos oficiais, a imprensa e ou em eventos em geral.

SEÇÃO VI

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 48 – A Administração da Cooperativa será fiscalizada assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, sendo permitida a reeleição de um terço (1/3) de seus componentes, todos associados das Cooperativas Singulares filiadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – O mandato do Conselho Fiscal é de um (1) ano.

Artigo 49 – O Conselho Fiscal se reúne, ordinariamente uma vez em cada mês e extraordinariamente sempre que necessário.

PARÁGRAFO 1º – Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal escolherá, entre seus membros efetivos, um Coordenador incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos desta e um Secretário para lavrar as atas.

PARÁGRAFO 2º – As reuniões podem, ainda, ser convocadas por qualquer um de seus membros, por solicitação da Diretoria, ou pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 3º – Quando da Convocação do Conselho Fiscal, serão convocados, também os membros suplentes para assisti-las, sem direito a voto, podendo, porém, exercê-lo quando convocado um suplente para substituir a falta de um efetivo.

PARÁGRAFO 4º – Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por outro membro efetivo escolhido na ocasião.

PARÁGRAFO 5º – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria simples de votos e constarão das atas, no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no final dos trabalhos, em cada reunião, pelos três (3) conselheiros presentes.

Artigo 50 – Aos membros efetivos do Conselho Fiscal, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo 32 deste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria convocará a Assembleia Geral para o devido preenchimento, com mandato até o prazo em que estava previsto o dos antecessores.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB N° 20171611209.
 PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11701486144. NIRE: 41400017605.
 COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
 D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
 Informando seus respectivos códigos de verificação

Artigo 51 – Compete ao Conselho Fiscal exercer a assídua fiscalização sobre as operações, atividades, contabilidade e controles e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, seguintes atribuições:

- a) Conferir os saldos de numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro do limite estabelecido pela Diretoria,
- b) verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração na Cooperativa,
- c) verificar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões da Diretoria,
- d) verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e quantidade às previsões feitas e as conveniências econômicas e financeiras da Cooperativa,
- e) certificar-se de que a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) averiguar se existem reclamações de associados quanto aos serviços prestados,
- g) verificar se o recebimento dos créditos, junto aos associados e clientes, estão sendo cumpridos com regularidade e se as obrigações comerciais e tributárias estão sendo cumpridas com pontualidade,
- h) averiguar se há problemas com funcionários,
- i) certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a Autoridades Fiscais, trabalhistas e administrativas,
- j) averiguar, se os estoques de matéria prima, equipamentos e outros estão corretos, bem como, se os inventários periódicos são feitos com observância das regras próprias,
- l) dar conhecimento expresso à Diretoria, e quando necessário, à Assembléia Geral, das conclusões de seus trabalhos, apontando as irregularidades constatadas,
- m) estudar os balancetes e outros demonstrativos e o Balanço Geral, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral,
- n) convocar a Assembléia Geral quando ocorrerem motivos graves e urgentes, comunicando, se necessário, aos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exames e verificações dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, pode o Conselho Fiscal contratar serviços especializados externos, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

SEÇÃO VII

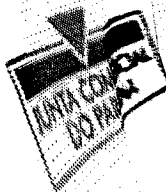
DO CONSELHO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO CODESPOL

Artigo 52 – Nos casos em que se envolvem novas políticas de desenvolvimento, políticas sociais e novas medidas de expansão, a Diretoria tomará suas decisões com fundamento no que foi aprovado em reunião prévia com o Conselho Auxiliar de desenvolvimento Social e Político CODESPOL, criado de conformidade com o artigo 47 em seu parágrafo primeiro (1º), da Lei 5764 de 16-12-1971.

PARÁGRAFO 1º – É da competência do Conselho o levantamento o estudo, a discussão e o acompanhamento das medidas de desenvolvimento econômico das Cooperativas, o desenvolvimento social de seus quadros, e a política cooperativista que norteia a Cooperativa.

PARÁGRAFO 2º – Para a implantação, as novas medidas, devem ser discutidas e previamente aprovadas em reunião conjunta com a Diretoria da Cooperativa.

CERTIFICADO REGISTRADO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11741444. NIRE: 1400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'ESTE. COOP. ITAPEJARA D'OESTE



Albertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
ITIBA, 20/04/2017
empresafacil.pr.gov.br

Alto à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Respectivos códigos de verificação

PARÁGRAFO 3º - Para o estudo prévio, antes de levar à discussão com a Diretoria, as Associações e entidades poderão promover discussões locais, gerando documento para ser apresentado.

PARÁGRAFO 4º - Os estudos a que se refere o parágrafo anterior podem, para facilidade nas discussões, ser desmembrados em setor e ou cadeia produtiva.

PARÁGRAFO 5º - A Composição do Conselho auxiliar de desenvolvimento social e político "CODESPOL" será de um representante legal de cada cooperativa filiada à cooperativa Central de maneira formal terão participação no CODESPOL.

SEÇÃO VIII DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS

Artigo 53 - A Cooperativa poderá criar comissões, comitês específicos, de interesse e necessidade do seu quadro social.

PARÁGRAFO ÚNICO - As atribuições das comissões, comitês específicos, bem como sua formação, serão estabelecidos em regimento interno.

CAPÍTULO VII DO VOTO E SUA REPRESENTAÇÃO

Artigo 54 - A Filiada presente tem direito a um voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes de capital social, cujo direito é exercido pelo Delegado indicado para tanto.

CAPÍTULO VIII DOS LIVROS

Artigo 55 - A cooperativa deve manter, escriturados rigorosamente em dia, os seguintes livros:

- I - Livro ou Ficha de Matrícula,
- II - Livro de Atas da Assembléia Geral,
- III - Livro de Atas da Diretoria,
- IV - Livro de Atas do Conselho Fiscal,
- V - Livro de Presença dos Associados nas Assembléias, e
- VI - Outros livros Fiscais e Contábeis Obrigatórios.

CAPÍTULO IX DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO E DESMEMBRAMENTO

Artigo 56 - A fusão da Cooperativa deve ser aprovada em Assembléia Geral das que pretendem se fundir, nomeando seus representantes para comporem a comissão de avaliação e promover a Assembléia Geral de constituição da nova entidade.

Artigo 57 - A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhes sucederão nos direitos e obrigações.

Artigo 58 - Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outras cooperativas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese prevista neste artigo, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas as avaliações ao patrimônio da, ou das sociedades incorporadas.

Artigo 59 - A cooperativa Central poderá desmembrar suas atividades em tantas cooperativas micro-regionais quantas forem necessárias para atender aos interesses de suas associadas, permanecendo, a mesma, como Cooperativa Central ou federação de cooperativas.

Artigo 60 - Deliberado o desmembramento, a Assembléia Geral designará uma comissão para estudar as providências necessárias à efetivação da medida.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171511209.
PROTOCOLO: 171511209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701485144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE - COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CAPÍTULO X DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 61 – A Cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- a) Quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade, decisão esta a ser implementada no prazo máximo de seis (6) meses, a contar da data da Assembleia Geral que deliberou sobre o assunto;
- b) pela alteração de sua forma jurídica;
- c) pela paralisação de suas atividades por mais de cento e vinte (120) dias, e por outros fatores estabelecidos na lei que rege o cooperativismo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando a dissolução não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deve ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer associada.

Artigo 62 – Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeia um (1) ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de três (3) membros para proceder sua liquidação.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 63 – Não podem compor a Diretoria, o Conselho Fiscal e exercer cargo efetivo de delegado ou representante, parentes entre si até o segundo (2º) grau, em linha reta e colateral e também não podem ser exercidos cargos cumulativos dentro da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer de seus componentes.

Artigo 64 – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal que pretendem postular cargos públicos eletivos, deverão se desincompatibilizar de seus cargos na Cooperativa, com a antecedência de pelo menos noventa (90) dias, contados da data prevista para a eleição.

PARÁGRAFO ÚNICO – Sendo eleitos estes postulantes, deverão renunciar aos seus cargos na Cooperativa.

Artigo 65 – A Cooperativa poderá operar com não associados, até o limite de cem por cento (100%) das operações realizadas nos últimos três (3) exercícios, mantendo, para tanto, registros em separado, para fins de apuração de resultados e de tributação de acordo com a legislação vigente.

Artigo 66 – A Diretoria baixará resoluções normativas que passarão a integrar o Regimento Interno, disciplinando o registro de chapas para concorrerem a cargos eletivos na Cooperativa, antes da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária, devendo, obrigatoriamente, definir que após a primeira eleição que deverá ocorrer até 31 de março de 2007, somente poderão ser eleitos para cargos eletivos associados das filiadas que tenham ingressado, no mínimo, há mais de um ano e somente terão direito a voto em Assembleia Geral, após trinta (30) dias de seu ingresso na Sociedade.

Artigo 67 – Este Estatuto será complementado pelo Regimento Interno, elaborado pela Diretoria e com validade legal após a sua aprovação pela Assembleia Geral.


Artigo 68 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as deliberações da Lei 7564 de 16-12-1971, a Lei 10406 de 11-01-2003 e os princípios da doutrina cooperativista e diretoria, “ad-referendum” da Assembleia Geral. O presente Estatuto é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/02/2017, lavrada em livro próprio.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171511209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701485144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE - COOPAPI - ITAPEJARA D'OESTE


Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação


Vilucir Lanhi;
Vice - Presidente .

BERNARDI

Filsibino C. dos Santos
Filsibino Cirino Dos Santos
Secretario.

Serviço Distrital de Itapejara D'Oeste - Fone: (46) 3626-2213
Rua Fernando Ferrari, 513 Centro - Itapejara D'Oeste - PR
Fephda: CKdcd.2FMRo, Controle: nckAU.X3Y9.
Consulte em <http://munapen.com.br>
RECONHEÇO por VERDADEIRA (s) (s) firma(s): de CLAUDIO
MARQUES BERLANDA VILHUIR LANHI e FILISSINO CIRINO
DOS SANTOS, Dou fe - Itapejara d'Oeste - Paraná - 01 de março
de 2017 - 35 43 576
Em test:  da Veridade

Aitana Bernardi
Tabellê e Registradora
CPF 039.884.919-69



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2017 15:18 SOB Nº 20171611209.
PROTOCOLO: 171611209 DE 08/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701486144. NIRE: 41400017605.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE - COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 20/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Ata Nº- 01/2021 - Assembleia Geral Ordinária Da Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada De Itapejara Do Oeste – Coopafi Itapejara De Oeste. CNPJ 08.144.264/0001-20, Nire;41400017605, Realizada 22 de Janeiro de 2021.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas em 3ª (terceira) convocação, reuniu-se o quadro social cooperativa da agricultura familiar integrada de Itapejara do oeste na Casa da Cultura, sito a Rua Santos Dumont, S/N, centro, Itapejara do Oeste, isto por não haver espaço suficiente na sede social da cooperativa, para assembleia geral ordinária, publicado no Jornal de Beltrão, à folha "14", em 12/01/2021 e remetido aos associados na forma de circular e convite afixado nas dependências da Cooperativa mais frequentadas pelos sócios, cujo teor é seguinte: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária.** Pelo presente edital o presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Itapejara do Oeste – COOPAFI Itapejara do Oeste, inscrita no CNPJ N.º 08.144.264/0001-20, situada na Rua Fernando Ferrari, N.º 1419, Centro, Itapejara do Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe asseguram o Estatuto Social, convoca todos os sócios, para Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 22 de Janeiro de 2021 e por não haver espaço suficiente em sua sede social a assembleia será realizada na Casa da Cultura, sito a Rua Santos Dumont, S/N, centro, Itapejara do Oeste – PR. Em primeira convocação as 12:00 horas, com presença mínima de dois terços do seu quadro social com direito a voto, as 13:00 horas em segunda convocação com a metade mais um dos associados com direito a voto e as 14:00 horas em terceira convocação, com presença mínima de 10 (dez) associados com direito a voto, para tratar da seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária. I - Prestação de contas da diretoria com Parecer do Conselho Fiscal- exercício de 2020. II - Destinação das Sobras apuradas ou rateio das perdas do exercício de 2020; III - Eleição do conselho de administração para próximo triênio. IV- Eleição de 2/3 do Conselho Fiscal para o exercício 2021; V- Apresentação e discussão do planejamento para o ano de 2021; VII-Fixação dos valores dos honorários dos membros dos conselhos de administração e fiscal; VII - Autorização para a Cooperativa efetuar convênios e contratos junto às instituições pública e tomada de empréstimo junto a instituições Financeiras; VIII- Autorização junto ao quadro social da cobertura dos gastos operacionais e demais despesas tendo como recurso as contribuições dos associados conforme capítulo IV Artigo 18º do Estatuto Social; IX - Assuntos gerais de interesse da sociedade. Itapejara do Oeste - PR, 11 de janeiro de 2021. Claudio M. Berlanda. Diretor presidente. Constatado haver quórum legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, fez uma série de comentários sobre a Cooperativa, e convidou todos os presentes e representantes para tomarem seu assento à mesa. Esta assembleia geral ordinária foi coordenada pelo Claudio M. Berlanda e como secretário "ad-hoc" Sr. Filisbino Cirino dos Santos que convidou os representantes e todos os presentes para tomarem assento à mesa. Em ato contínuo, o presidente determinou a mim, **Cristina Maria Venturin da Silva** diretora, secretária, para que ler o edital de convocação. Realizada leitura, foi discutido e aprovado o edital. Após leitura passou-se então ao primeiro item da ordem do dia: **Leitura e aprovação do edital de convocação**, sendo o mesmo tendo sido aprovado por unanimidade dos**

Filisbino Cirino dos Santos

Ata Nº- 01/2021 - Assembleia Geral Ordinária Da Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada De Itapejara Do Oeste – Coopafi Itapejara De Oeste. CNPJ 08.144.264/0001-20, Nire;41400017605, Realizada 22 de Janeiro de 2021.

presentes, passou a primeiro item da ordem do dia: **I - Prestação de contas da diretoria com Parecer do Conselho Fiscal- exercício de 2020;** De início solicitou para que distribuisse a todos os presentes, uma via do documento e na sequência convidou representante da Contabilidade e contador da Coopafi Itapejara do oeste para que procedesse a apresentação dos números referentes e resultado do exercício de 2020. O exercício de 2020 apresentou como resultado das receitas e despesas um resultado bruto a quantia de **R\$ 273.643,96**, sendo que desse valor foi deduzido a retenção de **5%** para o **FATES** no valor de **R\$ 13.682,20**, e também o valor de **10%** do resultado para reserva legal, no valor de **R\$ 27.364,40** restando a disposição dessa Assembleia Geral ficou o valor de **R\$ 232.597,36** para que fosse devidamente destinada de acordo com a vontade dos associados/singulares. Tendo sido apresentado os demonstrativos contábil, onde alguns tópicos e esclarecido algumas dúvidas levantadas pelos associados solicitou ao plenário que indicasse na forma da lei um associado para presidir a mesa durante a discussão e votação do Balanço Geral apresentado pela Diretoria sido aclamado para presidir esse momento o responsável "ad-hoc". A mesma convidou todos para que deliberassem sobre suas dúvidas, agradeceu a escolha e deu continuidade aos trabalhos, Em seguida deixou-se a palavra livre para quem dela quisesse fazer uso, solicitando que os presentes apresentassem suas dúvidas no que diz respeito a Prestação de Contas da Diretoria. Não havendo perguntas, colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade dos associados, "a prestação de contas do Conselho de Administração referente ao exercício de 2020". Finalizado passou-se ao item seguinte; **item II - Destinação das Sobras apuradas ou rateio das perdas do exercício de 2020** Destinação das Sobras apuradas ou rateio das perdas do exercício de 2020; observou que de acordo com o Relatório de Gestão a Cooperativa fechou o ano de 2020 com lucro disponível de **R\$ 232.597,36** após o debate, acordaram em destinar essa sobra para o fundo de reserva da Coopafi Itapejara do Oeste. Após não tendo mais duvida dos presentes foi colocado em votação, tem sido aprovado por unanimidade por todos os presentes, sendo assim, as sobras apuradas ficarão aplicadas no Fundo de Reserva existente na Cooperativa. Finalizado o item II da assembleia passou-se a item seguinte; **III - Eleição do conselho de administração para próximo triênio.** Neste momento foi solicitado a comissão eleitoral definida em reunião interna para dar início a apresentação dos novos diretores da nova diretoria; foi apresentada uma única composição do novo conselho assim composto: **Presidente:** Claudio Marques Berlanda; **Vice-Presidente;** Laurindo Maximovitz; **Secretario:** Filisbino Cirino do Santos; **Diretores Vogais;** Cristina Maria Venturini da Silva; Valter Luiz Batistelli; Kiane Luanara Bertoncello Bonacina; Nildo Caldatto. Sendo que passa a ser assim qualificado; **Presidente. Claudio Marques Berlanda**, brasileiro, divorciado, de bens, agricultor, portadora do RG. 7.069.069-1, expedida em 04/04/1994 pela SSP-PR e CPF – 019.254.679-10, residente e domiciliada na rua Ema Gnoatto, município de Itapejara do Oeste; **Vice-presidente: Laurindo Maximovitz**, brasileiro, casado, agricultor, portadora do RG. 1.723.897-3, expedida em 24/02/2016 pela SSP-PR e CPF – 371.368.289-53, residente e domiciliada na linha salto grande município de Itapejara do Oeste; **Secretario: Filisbino Cirino do Santos:** Agricultor, casado, portador do RG 3.153.585-9

Felisbino C. dos Santos Laurindo Maximovitz

Ata Nº- 01/2021 - Assembleia Geral Ordinária Da Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada De Itapejara Do Oeste – Coopafi Itapejara De Oeste. CNPJ 08.144.264/0001-20, Nire;41400017605, Realizada 22 de Janeiro de 2021.

expedida em 17/02/2016 pela SSP/PR e CPF; 242.736.789-34, residente e domiciliado na Linha coxilha rica e município de município de Itapejara do Oeste; **Diretores vogais: Cristina Maria Venturin da Silva**, brasileira, casada, portador do RG 6.697.911-3 emitida pela SSP/PR 27/04/2012 e CPF 034.261.239-59, residente e domiciliado na linha são Joao, município de Itapejara do Oeste /PR; **Valter Luiz Batisteli**; Agricultor, casado, portador do RG 5.826.562-4 expedida em 27/02/2018 pela SSP/PR e CPF; 830.790.849-34, residente e domiciliado na avenida Manoel ribas município de Itapejara do Oeste -PR; **Kiane Luanara Bertocello Bonacina**; Agricultora, brasileira, casada, portador do RG;10.535.722.2 expedidas em 28/01/2014 pela SSP/PR e CPF 076.183.689-61, residente e domiciliado na Linha palmeirinha município de Itapejara Do Oeste-Pr; **Nildo Caldato**; Agricultor, brasileiro, casado, portador do RG 4916604-4 expedida em 06/04/2000 pela SSP/PR e CPF 717.910.519-87, residente e domiciliado na Linha salto gavião, município de Itapejara do Oeste PR. Os eleitos declaram que não há relação de parentesco entre os mesmos até segundo grau em linha reta e colateral. Também os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. Colocado em discussão aos presentes e após debate não havendo mais nenhuma dúvida, foi aprovado por todos os presentes por unanimidade a eleição da diretoria da cooperativa central da agricultura familiar integrada do Paraná para o triênio 2021/2023, porem fica exposto em ata que o mandato desta diretoria terá como data encerramento até **31 de março de 2023**. Finalizado este ponto passou-se a item seguinte; IV - Eleição de 2/3 do Conselho Fiscal para o exercício 2021. Diante disto foi apresentada uma proposta de composição dos membros do conselho fiscal, para dar continuidade as ações necessárias de fiscalização da cooperativa. Foi apresentada uma única composição do conselho fiscal assim composto: **Conselheiros Fiscais Efetivos : Marcio José de oliveira**, brasileiro, solteiro, agricultor, portadora do RG- 9.762.169-1, cnh expedida em 18/10/2017 e CPF- 062.935.269-02, residente e domiciliada na zona rural linha mussato, Município de Coronel vivida; **Aftair Pilonetto**, brasileiro, casado, portador do RG 7.868.196.9, expedida 16/09/1996 pela SSP-SP e CPF 023.288.579-65, residente e domiciliado linha lajeado bonito, Município de Itapejara do Oeste; **Avelino Fiorentin**, brasileiro casado, agricultor, portadora do RG 1.139.588 expedida em 26/07/1973 pela SSP-PR e CPF 337.720.969-72, residente e domiciliado na rua duque de Caxias centro município de Itapejara do Oeste; Suplentes **Diva Vendrusculo Mattei**, brasileira casada, em regime comunhão parcial de bens, agricultora, portadora do RG 3.807.962-0 expedida em 04/05/1995 pela SSP-PR e CPF 627.677.209-72, residente e domiciliado na linha Barra grande município de Itapejara do Oeste; **Valdelir Batista Domingues**, brasileiro, casado, portador do RG 5.167.555.0, expedida 13/03/2006 pela SSP-PR e CPF 718.873.509-34, residente e domiciliado linha nossa senhora da saúde, Município de Verê; **Luiz Voitena**, brasileiro, casado, agricultor, portadora do RG- 1.723.987, expedida em 22/09/2016 pela ssp-pr e CPF- 374.093.799-87, residente e domiciliada na zona rural linha barra verde, Município de coronel vivida; Os eleitos declaram que não há relação de parentesco entre os mesmos até segundo grau em linha reta e colateral. Também os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos

Robson C. dos Santos



Ata Nº- 01/2021 - Assembleia Geral Ordinária Da Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada De Itapejara Do Oeste – Coopafi Itapejara De Oeste. CNPJ 08.144.264/0001-20, Nire;41400017605, Realizada 22 de Janeiro de 2021.


crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. Esse tópico foi colocado em discussão aos presentes e após debate foi aprovado por unanimidade dos presentes o novo conselho fiscal da cooperativa da agricultura familiar integrada de Itapejara do Oeste para o exercício de 2021. Finalizando esta parte passou-se ao seguinte; V - Apresentação e discussão do planejamento para o ano de 2021. Neste debate foi apresentado as ações prevista para 2021 em relação atuação da alimentação escolar, aquisição de um veículo para distribuir alimentação e outros projetos que estão sendo idealizado para os associados. Colocado em discussão aos presentes e após debate foi aprovado por unanimidade dos presentes. Finalizando esta parte passou-se ao seguinte VI


- **Fixação de honorários, gratificações dos conselhos;** Após discussão e apresentação de proposta pelos associados, a mesma foi aprovada por unanimidade, ficando assim definido: dentro da porcentagem de 20% (vinte) do salário mínimo vigente no País por dia trabalhado para os diretor liberado e demais membros dos Conselhos, desde que acompanhado pela direção, analisando-se a possibilidade de pagamento pela cooperativa este valor já esta incluso a alimentação do dia. Colocado em discussão, e após o debate foi aprovado por unanimidade dos presentes a remuneração dos conselhos da cooperativa. Cumprindo-se mais um item do dia passou-se ao próximo. VII - **Autorização para a Cooperativa efetuar convênios e contratos junto às instituições pública e tomada de empréstimo junto a instituições Financeiras;** onde foi apresentada a proposta para execução dos programas institucionais com organizações públicas e também de autorização para tomada de empréstimos junto há instituições financeiras, após um relato foi colocada em votação o assunto onde foi aprovado por unanimidade dos presentes: **Autorização para a Cooperativa efetuar tomada de empréstimo junto a instituições Financeiras;** após discussão da proposta e esclarecimento todas a duvidas com os presentes foi colocada em votação e também foi aprovada por unanimidade dos presentes. Cumprido este item passou-se para seguinte item do edital; VIII- **Autorização junto ao quadro social da cobertura dos gastos operacionais e demais despesas tendo como recurso as contribuições dos associados conforme capítulo IV Artigo 18º do Estatuto Social;** após discussão foi aprovada por unanimidade dos presentes que a cooperativa pode transferir custo a serem executados em programa onde a mesma presta serviço ao seu associado para organizar distribuir e fornecer gêneros alimentício e outras ações, conforme previsto no estatuto social. Também esta contribuição será de maneira espontânea e legítima para a boa execução dos ações previstas. Cumprindo mais um item passou-se ao próximo item do edital IX - **Assuntos gerais de interesse da sociedade.** Como temos em debate foi incluso na pauta deste tema a construção de sede própria da coopafi Itapejara, como já foi realizada a compra de um terreno, neste ano a proposta apresentada foi de que será organizado um projeto arquitetônico para construção de nossa sede própria, sendo após sanar todas as dúvidas foi colocado em votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. não havendo novos tema de debate, o presidente deixou a palavra livre para quem quisesse fazer uso da palavra, nada mais havendo a tratar, encerrou a Assembleia Geral Ordinária o coordenador desta assembleia geral


Felipe B. dos Santos

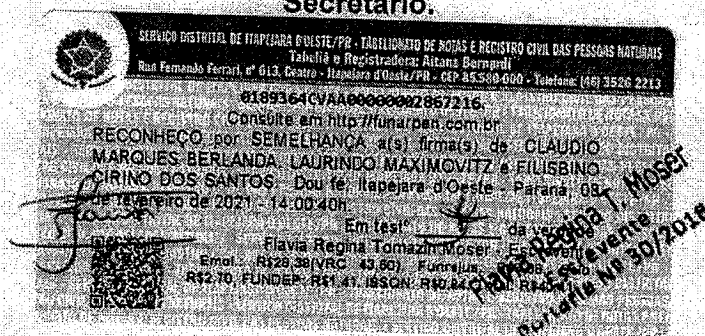
Ata Nº- 01/2021 -Assembleia Geral Ordinária Da Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada De Itapejara Do Oeste – Coopafi Itapejara De Oeste. CNPJ 08.144.264/0001-20, Nire;41400017605, Realizada 22 de Janeiro de 2021.

agradeceu a , participação e a solicitou para assembleia geral nomear um grupo dos presente para assinar esta ata na pessoa do Claudio Marques Berlanda, Laurindo Maximovitz e Filisbino Cirino Dos Santos e os demais ficam registrado no lista de presença e assim dando por encerrados os trabalhos e determinou a mim, Secretario, para que lavrasse o presente ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e pelos demais membros indicado pela assembleia geral . Aos 22 (Vinte dois) dias do mês de janeiro de 2021 **"CERTIFICAMOS QUE O PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA Nº. 01/2021 - LAVRADA NO LIVRO DE ATAS DE ASSEMBLÉIAS GERAIS Nº 01, ÀS PAGINAS SEGUINTEs, E POR SER VERDADE POR SER VERDADE FIRMAMOS"**.


Claudio Marques Berlanda.
 Presidente.


Laurindo Maximovitz
 Vice-Presidente.


Filisbino Cirino Dos Santos
 Secretario.





TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, VALDIR ABATI, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 036051, expedida em 16/10/1998, inscrito no CPF nº 70678430900, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
70678430900	036051	VALDIR ABATI



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/02/2021 07:43 SOB Nº 20211126934.
PROTOCOLO: 211126934 DE 23/02/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12101233386. CNPJ DA SEDE: 08144264000120.
NIRE: 41400017605. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/02/2021.
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA
D'OESTE- COOPAFI - ITAPEJARA D'OESTE

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA D OESTE
CNPJ: 08.144.264/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:37:11 do dia 26/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/06/2023.

Código de controle da certidão: **EB5A.8D5F.81F7.405E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.144.264/0001-20
Razão Social: COOP DA AGRIC FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA D OESTE
Endereço: RUA FERNANDO FERRARI 814 / CENTRO / ITAPEJARA D'OESTE / PR / 85580-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/01/2023 a 16/02/2023

Certificação Número: 2023011800592409190528

Informação obtida em 23/01/2023 10:22:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA D OESTE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.144.264/0001-20
Certidão n°: 46571362/2022
Expedição: 26/12/2022, às 09:31:33
Validade: 24/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA D OESTE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **08.144.264/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

MODELO 01

Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos
pelos associados/cooperados

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2022

A
COMISSÃO ESPECIAL PARA CREDENCIAMENTO

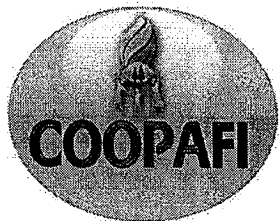
A Cooperativa da agricultura familiar integrada de Itapejara d' oeste,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.144.264/0001-20 , estabelecida na
cidade/estado de Itapejara d' oeste PR , na
Rua. Fernando ferrari nº.1419 .CEP nº 85580-000,
DECLARA para os devidos fins e especialmente para participação no
Chamamento Público nº 019/2022, instaurado pelo Município de Francisco
Beltrão, Estado do Paraná, que os gêneros alimentícios que serão entregues são
produzidos pelos associados relacionados no Projeto de Venda.

Itapejara D'Oeste ,27 de Dezembro de 2022

Claudio Marques Berlanda
Presidente

08.144.264/0001-20
COOPERATIVA DA AGRICULTURA
FAMILIAR INTEGRADA
ITAPEJARA D'OESTE

Rua Fernando Ferrar



COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE
ITAPEJARA D'OESTE. – COOPAFI ITAPEJARA D'OESTE

ENDEREÇO: RUA FERNANDO FERRARI N 1419 ITAPEJARA D'OESTE-
PR CEP: 85580-000

Fone/Fax: (46)3526 1903 E-mail: coopafi.itapejara@yahoo.com.br

DECLARAÇÃO

A Cooperativa da agricultura familiar integrada de Itapejara D'Oeste –Coopafi Itapejara, inscrita no cnpj nº 08.144.264/0001-20 , situada a rua Fernando Ferrari N 1419, centro de Itapejara D'oeste Pr, por meio de seu representante legal, Claudio Marques Berlanda, declara a fim do chamamento público 019/2022 do município de Francisco Beltrão ,para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, declara responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/ associados.

Itapejara D'Oeste, PR 17 De JANEIRO de 2023

Claudio Marques Berlanda
Presidente

08.144.264/0001-20

COOPERATIVA DA AGRICULTURA
FAMILIAR INTEGRADA DE
ITAPEJARA D'OESTE

Rua Fernando Ferrari, 1419 - Centro
CEP 85580-000 - Itapejara D'Oeste - PR